



COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

SANTOS, Júlia Teixeira¹; PEREIRA, Larissa Ramalho²

RESUMO: Este artigo reúne reflexões acerca dos processos interventivos de assistentes sociais na relação capital-trabalho, bem como sobre o seu comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, considerando a organização dessa em sindicatos. O estudo é realizado através de revisão bibliográfica que contextualiza os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, referente a sua relação simbiótica com as lutas sociais; expõe os limites e desafios impostos às assistentes sociais, no que tange ao trabalho em empresas privadas; e aborda as potencialidades do exercício profissional junto aos sindicatos, alicerçado no projeto ético-político e em sua perspectiva social transformadora. Em tempos em que direitos de quem vive da venda de sua força de trabalho estão sendo paulatinamente retirados, fortalecer as lutas sociais é tarefa de todo(a) e qualquer trabalhador(a). Neste sentido, revisitar a história é condição essencial para construir propostas interventivas adequadas em consonância com as necessidades da realidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de trabalho; Sindicatos; Projeto ético-político.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro, historicamente, atua sobre os rebatimentos da questão social, seja ao buscar garantir condições dignas de vida para as e os trabalhadores através da operacionalização de políticas públicas; ao captar reivindicações explicitadas pela rebeldia e pelas formas de resistência à desigualdade; ou ao interferir diretamente nas relações de trabalho no interior de empresas privadas (IAMAMOTO, 2000). Nos marcos do capitalismo monopolista, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e sendo parte do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas (Ibidem), é também

¹ Universidade Federal de Santa Maria; Estudante de graduação; julia.santos@acad.ufsm.br.

² Universidade Federal de Santa Maria; Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UFSM, Doutora em Serviço Social; larissa.pereira@ufsm.br.

transpassada por diversas contradições, com as quais as profissionais da área³ se deparam cotidianamente no trabalho.

Entre as contradições, percebe-se assistentes sociais serem atribuídas ao papel de atenuadoras dos conflitos de classes, uma marca refuncionalizada das origens conservadoras da profissão (AMARAL; CESAR, 2009). Portanto, ainda hoje, ao ser empregada pelo Estado ou pelo mercado, a assistente social precisa mediar os interesses imediatos da burguesia e dos trabalhadores, enquanto também é parte de uma categoria profissional acometida pela precarização do trabalho e pela violação de direitos trabalhistas (GIAMPAOLI, 2013).

Desta forma, a escolha política atualmente hegemônica na profissão, com bases na teoria social crítica, incentiva explorar quais são as vias possíveis no exercício profissional, com relação à defesa dos interesses das e dos trabalhadores, sua luta geral e a construção de uma nova ordem societária (CFESS, 2012). Neste sentido, questiona-se: de que forma a posição de assistentes sociais frente às relações de trabalho possibilita o desenvolvimento de atividades orientadas pela perspectiva social transformadora do projeto ético-político da categoria profissional? Considerando o exposto, ao propor analisar as aproximações entre o trabalho profissional de assistente sociais em empresas privadas e em organizações da classe trabalhadora, é pertinente também trazer elementos acerca do *poder social* que é capaz de transformar a sociedade, primordialmente identificado na organização sindical (MARX; ENGELS, 1867 apud ALVES, 2003).

No intuito de responder o problema de pesquisa, o presente estudo, de natureza qualitativa, será realizado por meio de uma revisão de literatura, a partir de estudos e bibliografias do campo do Serviço Social que já tenham se debruçado sobre a temática. Para tanto, com vistas a atender os objetivos elencados, este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: o item que segue a introdução tratará de estudar o projeto ético-político da profissão e sua relação histórica e simbiótica com as lutas sociais; seguido de reflexões pertinentes ao exercício profissional junto às empresas privadas e aos sindicatos, sendo esses últimos também alicerçados no projeto ético-político do Serviço Social, que objetiva construir uma outra sociabilidade humana, pautada na igualdade e equidade social entre os indivíduos.

2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO HISTÓRICA E SIMBIÓTICA COM AS LUTAS SOCIAIS

³ Há uma escolha política na redação deste estudo, alinhada à perspectiva feminista de protagonismo político e social de mulheres, ao se referir às profissionais do Serviço Social no feminino, devido ao contingente da categoria ser composto majoritariamente por mulheres, sendo pouco mais de 90%, segundo pesquisa realizada pelo CFESS em 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

Nos anos 1980, o movimento latino-americano de reconceituação do Serviço Social realiza a crítica à constituição tradicional da profissão, fundada no assistencialismo, na filantropia e em ajustes aos interesses da classe dominante, o que perpetuava as condições de existência das e dos trabalhadores. Assim, há uma nova direção teórica e prática, “mediada pelos interesses e necessidades da classe trabalhadora e orientada pela perspectiva histórica de sua emancipação” (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 465), o que fundamenta a construção do projeto ético-político. Esse, por sua vez, é materializado no Código de Ética da Profissão, nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e na Lei de Regulamentação da Profissão, instrumentos decisivos para a vinculação da profissão com as lutas da classe trabalhadora (Ibidem).

Com relação ao objeto de estudo e intervenção do Serviço Social, a questão social, é conveniente destacar a compreensão à que chega Marx (1996) sobre a acumulação capitalista. O movimento insaciável do capital exige a utilização ampliada dos meios de produção e da força de trabalho para a produção cada vez maior de mercadorias, sendo de principal interesse para o presente estudo o entendimento que

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele [...] constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1996, p. 246).

Em seguimento, analisa-se que o desenvolvimento das forças produtivas através de inovações técnicas e multiplicação do proletariado, no marco das relações sociais capitalistas, verte para o desemprego, o que é denominado por Marx (1996) como exército industrial de reserva, de maneira que o nível geral de salários é regulado de acordo com a oferta e a demanda da força de trabalho, que neste caso é suprida com facilidade. Em outras palavras, a produção da riqueza social é simultânea ao crescimento da “pobreza social que não para de produzir uma enorme massa de homens e mulheres cujo acesso aos bens necessários à vida é extremamente restrito” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 151), o que se constata como processo constitutivo e ineliminável da acumulação capitalista.

Nesse sentido, com a mudança na perspectiva profissional, as necessidades sociais deixam de ser moralizadas e individualizadas, pois passam a ser compreendidas como consequência da exploração e da opressão de classe na sociedade capitalista. Dessa forma, debruçar-se sobre a questão social significa entender que “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Ao passo em que o movimento do capital sustenta a opressão e produz em contínuo a carestia dos que necessitam vender sua força de trabalho, o revide da classe trabalhadora em forma de reivindicações nas lutas sociais é estimulado de acordo com as necessidades

concretas que surgem a partir de suas condições materiais, contradição essa que é compreendida nas elaborações sobre a questão social (Ibidem).

Com o projeto ético-político, consolida-se o compromisso em garantir o atendimento das necessidades sociais através de políticas públicas, bem como a caracterização das mesmas enquanto direitos. Quando reconhecidos, os direitos passam a estabelecer uma forma de sociabilidade com a perspectiva democrática, com vistas à participação política e à socialização da riqueza produzida, tais elementos configuram-se nos princípios fundamentais da profissão (CFESS, 2012).

Quando o sentido das ações, a princípio de controle social e reprodução da ideologia dominante — como esperado pela instituição ou órgão empregador —, é redirecionado justamente para a construção da cidadania e efetivação de direitos sociais, a prática profissional consciente e crítica media o processo de transição da *classe em si* para a *classe para si* (IAMAMOTO, 2000). Assim, as intenções do projeto ético-político estão em conformidade com o potencial político previsto nas lutas operárias, através do desenvolvimento do movimento e difusão dos sindicatos na grande massa de trabalhadores, visto que a generalização destas lutas tende a dar origem a uma consciência social de novo tipo (MARX; ENGELS, 1867 apud ALVES, 2003).

Por conseguinte, cabe debater acerca das diferentes formas de intervenção de assistentes sociais em empresas privadas e em sindicatos, a partir do estudo das lutas sociais históricas que a profissão vem travando junto da classe trabalhadora e orientada pelo projeto ético-político hegemônico da categoria. É o que se discorre no item três.

3 APROXIMAÇÕES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM EMPRESAS PRIVADAS E EM SINDICATOS

Em empresas privadas, o trabalho de assistentes sociais tem caráter educativo, no sentido de adequação do trabalhador ao processo de produção, de maneira que intervém em sua vida privada quando seu desempenho está afetado, para assegurar a manutenção da força de trabalho (AMARAL; CESAR, 2009). Portanto, a dimensão pedagógica da intervenção profissional, no que tange à consensuação entre trabalhadores e patrões — logo, a amenização de tensões nas relações de trabalho —, é uma requisição de empresas ao Serviço Social (Ibidem), evidenciando novamente a produção e reprodução das relações sociais no capitalismo (IAMAMOTO, 2000) por meio “da orientação sobre um determinado modo de ser, sentir, pensar e agir, em relação ao trabalho, à sociedade e à vida” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 422).

Sob a insígnia do neoliberalismo⁴, esse trabalho é perpassado por ares de renovação, visando o aprimoramento das políticas de recursos humanos e a produtividade do trabalho, como ao fomentar uma suposta democratização das relações de trabalho que beneficiaria ambas as partes através de programas participativos, pois os trabalhadores teriam crescimento profissional e iriam além do papel meramente executor, tornando-se ativos no processo de produção (Ibidem). Além disso, outros programas desenvolvidos no âmbito do mercado de trabalho são os de treinamento e desenvolvimento, que buscam a capacitação técnico-operacional e a adequação do desempenho à flexibilização, e os de qualidade de vida, que buscam conformar comportamento adequado aos novos métodos de produção (Ibidem).

Na atualidade, a condição de trabalho da assistente social transcorre em ambientes com coabitação de terceirizados, subcontratados e empregados formais, ou seja, uma força de trabalho especializada e outra que necessita de conhecimentos básicos, exposta a condições precárias de trabalho (Ibidem). Ainda, é apontado o processo de terceirização, que acomete a maioria das assistentes sociais em empresas privadas, objetiva a redução de custos e a maior flexibilidade da gestão da força de trabalho na contratação e demissão, o que significa também redução de direitos, maior instabilidade e condições de trabalho adversas (GIAMPAOLI, 2013). Nesse contexto,

A capacidade de organização e de resistência se torna cada vez mais diluída ou até mesmo inexistente, é mediada pelo crescente desemprego de grande parte dos trabalhadores, sob a justificativa de enxugamento de quadros e de redução dos custos de produção. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 427)

No entanto, deparar-se com contradições no cotidiano profissional cria condições para o aprofundamento da consciência crítica e o alinhamento de objetivos profissionais com as necessidades da classe trabalhadora (Ibidem). Desde que o profissional seja de perfil qualificado, capacitado e atualizado, de maneira que seja capaz de apreender a realidade, sem desconsiderar a existência de limites institucionais e mesmo históricos, forja-se a real possibilidade de contribuir para a constituição da *classe para si* (GIAMPAOLI, 2013; IAMAMOTO, 2000).

No que tange ao trabalho profissional nas organizações da classe trabalhadora, pode ser desenvolvido enquanto trabalhador contratado de instituições de organização autônoma

⁴ A apreensão acerca do entendimento sobre a concepção neoliberal, transcende a questões meramente econômicas, entende-se que a “forma neoliberal de razão e de valorização, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (BROWN, 2019, p. 17), ou seja, “as orientações vindas do neoliberalismo não podem ser reduzidas a uma política econômica e cultural, ou, ainda, a uma volta ao passado liberal; esse neoliberalismo é uma racionalidade de políticas globais que têm transformado o Estado e a economia, modificando as relações interpessoais e culturais” (PEREIRA, 2021, p. 109), refletidas diretamente no âmbito do trabalho e de sua concretização.

das e dos trabalhadores ou então junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições em que está vinculada enquanto trabalhadora/assistente social (CARDOSO; LOPES, 2009). Considerando a intenção de, em partes, através destas formas de organização, alavancar a participação política e avançar na constituição de um novo projeto societário sem exploração de classe, com as quais o projeto ético-político corrobora, aponta-se que a ruptura com a ideologia dominante não se efetiva independente de transformações econômicas, ao passo em que não há dependência absoluta, pois são a organização e a consciência de classe as condições indispensáveis para o avanço social (Ibidem).

Então, nos processos de organização e formação de consciência de classe, as possibilidades de intervenção da assistente social perpassam pela dimensão pedagógica que também aparece em outros espaços sócio-ocupacionais. Como assinalado por Lenin (2008), a consciência política chega às e aos trabalhadores vinda de fora, para além das relações entre operários e patrões, pois, desvinculada de uma perspectiva de totalidade, a classe trabalhadora luta contra os patrões e exige do governo as leis necessárias somente no que diz respeito às relações de trabalho, logo, trata-se de interesses de ordem econômica. Assim sendo, na atividade política cotidiana sempre estará presente um elemento pedagógico, ao educar trabalhadoras e trabalhadores no sentido da emancipação da humanidade de toda opressão, erguê-los ao nível de consciência de classe não somente a partir de livros, como também da participação na luta política, para além da luta exclusivamente econômica (LENIN, 1979).

No caso, a intervenção do Serviço Social diz respeito à participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, visando à apreensão crítica das contradições econômicas e políticas inerentes ao capitalismo, bem como o desenvolvimento de propostas educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica na luta pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora (CARDOSO; LOPES, 2009). Nesse sentido, para desenvolver a consciência de classe se faz necessário o conhecimento teórico fundamentado na experiência da vida política, ou seja, aproveitar acontecimentos políticos da atualidade para conhecer as diferentes camadas sociais, aplicar a análise materialista sobre suas formas de atividade e de vida, bem como distinguir quais interesses são reflexo das instituições e do Estado (LENIN, 2008).

Portanto, considerando esse potencial crítico e a relativa autonomia teórica, ética, política e técnica do assistente social, é possível direcionar o exercício profissional para os interesses fundamentais dos trabalhadores, em contraposição aos interesses de lucratividade e rentabilidade dos empresários no circuito da reestruturação capitalista, trabalhando o campo de mediações presentes na ordem burguesa,

necessário à identificação de estratégias de ação que se articulem ao projeto ético-político da profissão. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 429)

Há de se observar que a classe dominante, valendo-se de seu poder (conhecimento, riqueza, influência, entre outros), utiliza um conjunto de estratégias ideológicas para dominação e para subjugar a outra, dissipando uma falsa consciência de classes, garantindo que seus interesses particulares sejam defendidos como universais. Não obstante, Marx sempre tratou desta categoria com um determinado receio, até mesmo de forma negativa, embora reconhecesse a existência de uma consciência social como sendo um conjunto de valores e ideias sociais de cada época (PEREIRA, 2021). Já a consciência de classe decorrente da crescente luta política é ilustrada em uma passagem d'*O dezoito de brumário de Luís Bonaparte*, parte VII

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes, e as coloca em oposição hostil a essas classes, constituem por sua vez uma classe. Na medida em que há apenas uma interligação local entre esses camponeses pequenos proprietários, e a identidade de seus interesses não cria um elo nacional, comunitário, e nenhuma organização política entre eles, não constituem uma classe (MARX, 2011, p. 180).

Por certo que tal tarefa não é algo fácil e rápido, o desenvolvimento da consciência de classe, já que o modelo de sociedade vivenciado na atualidade trabalha fortemente para individualizar, desagregar e fragilizar os indivíduos, em especial a classe trabalhadora. Entretanto, a revolução, a transformação, não se dá de forma estanque, sendo que, por meio de lutas cotidianas travadas nos diferentes espaços e âmbitos da sociedade, é possível alcançar um outro modo de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, apesar da forte influência da ideologia dominante para traçar a intervenção profissional em empresas privadas, os profissionais formulam críticas às ações e programas desenvolvidos pelas empresas, que denunciam o aprofundamento da exploração e o crescimento da competitividade que dividem o coletivo dos trabalhadores, entre outras questões (AMARAL; CESAR, 2009).

Nesta ordem, ao refletir sobre o trabalho profissional das assistentes sociais em empresas privadas e em organizações da classe trabalhadora, é possível arguir que a organização sindical compreende um *poder social* potente, muito embora fragilizado na atual conjuntura, pautada por uma racionalidade neoliberal que cria obstáculos para um convívio

profícuo em sociedade, impedindo muitas vezes uma ação transformadora por parte da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

Paralelamente, nas organizações da classe trabalhadora, a intervenção profissional é voltada a prestar assessoria técnica e apoio político na criação de mecanismos de resistência e de luta, além de desenvolver junto às e aos trabalhadores atividades educativas formadoras de um modo de pensar e de agir que lhes permitam a constituição de uma alternativa política com possibilidades de transformação da sociedade, bem como desenvolver um trabalho pedagógico junto com a classe trabalhadora que contribua “para a formulação e implementação de uma política que concretize a participação das massas que [...] construa novas relações hegemônicas” (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 477).

Nesse sentido, fundamentado no projeto ético-político da profissão, estão colocadas as possibilidades de articulação do Serviço Social com a luta geral da classe trabalhadora, em vistas de superar as contradições que atravessam o modo de vida na sociedade capitalista. No tocante ao questionamento que dirigiu esta investigação, considera-se privilegiada a posição de assistentes sociais frente às relações de trabalho — isto é, sua inserção em empresas privadas — para o desenvolvimento de atividades com a perspectiva social transformadora, uma vez que o elemento pedagógico é transversal neste campo e também nas organizações sindicais. Com este estudo não se esgotam as possibilidades de abordagens sobre o tema: da luta de classes e o compromisso ético-político do Serviço Social nas relações de trabalho e na organização da classe trabalhadora. Pelo contrário, é preciso debruçar-se cada vez mais nas investigações sobre essa questão, a qual impacta e reflete diretamente em todas as trabalhadoras do Serviço Social brasileiro e seus pares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Os sindicatos como centro de organização da classe operária. *In: _____*. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a Crítica da Economia Política. Bauru: Editora Práxis, 2003. p. 237-287.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. *In: ABEPSS; CFESS. (Orgs.)*. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009. p. 411-431.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In: ABEPSS; CFESS. (Orgs.)*. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009. p. 461-477.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/93**. Brasília: CFESS, 2012.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 266-289, abr./jun. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LENIN, Vladimir Ilitch. Confusão entre política e pedagogia. *In*: _____. **O Trabalho do Partido entre as massas**: artigos e discursos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 32-36.

LENIN, Vladimir Ilitch. O que fazer (extratos). *In*: AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 109-121.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 2. Abril Cultural: São Paulo, col. "Os Economistas", 1996.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Larissa Ramalho. **O campo das manifestações populares**: um estudo do movimento dos caminhoneiros. 2021. 240 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.